

Fundo Eleitoral e outras considerações sobre o financiamento de campanhas

ABRACAM

Senador MARCELO CASTRO
Maio/2019

Modelos de financiamento

- Financiamento misto (público+privado) → modelo mais utilizado no mundo. Tendência.

País	Financiamento público	Financiamento privado (PF)	Financiamento privado (PJ)
Estados Unidos	Sim (regras específicas)	Sim	Não (há exceções)
Canadá	Sim	Sim	Não
Argentina	Sim	Sim	Sim (só p/ candidato)
Chile	Sim	Sim	Sim
França	Sim	Sim	Não
Portugal	Sim	Sim	Não
Reino Unido	Sim	Sim	sim

Modelos de financiamento

- O modelo brasileiro

- Recursos públicos (com previsão constitucional)

- Fundo Partidário (dotações orçamentárias) → precipuamente voltado ao custeio dos partidos. Todavia, a Lei dos Partidos autoriza o uso dos recursos em campanhas.
 - Propaganda “gratuita” (direito de antena) → compensação fiscal. Atualmente, permanece apenas a modalidade “eleitoral”, pois foi extinta a propaganda “partidária”.
 - Imunidade tributária (dos partidos políticos)

- Recursos Públicos (com previsão legal)

- Fundo Eleitoral (dotações orçamentárias)

Modelos de financiamento

- O modelo brasileiro
 - Recursos privados
 - Recursos próprios do candidato (autofinanciamento);
 - Doações de PF (pessoas físicas), inclusive de “empresário individual”;
 - *Crowdfunding* (financiamento coletivo ou “vaquinha virtual”);
 - Doações de outros candidatos;
 - Receitas partidárias (de comercialização de bens/serviços e aplicações financeiras)

Modelos de financiamento

- O modelo brasileiro
 - Limites de gastos nominais (para cada cargo eletivo)
 - Fixados dessa forma desde 2016 (anteriormente, os limites eram fixados pelos próprios partidos, em termos globais).
 - Atualmente, não há limites em vigor. O Congresso Nacional terá que aprovar uma lei estabelecendo novos limites, a ser publicada até 3 de outubro de 2019.
 - Limites anteriores (não mais em vigor):
 - Nos Municípios de até 10 mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 100 mil para Prefeito e R\$ 10 mil para Vereador.
 - Nos demais, o limite era de 70% do maior gasto na campanha anterior (2012).
 - Para 2020,
 - Não há limites legais fixados.

Fundo Eleitoral

- Características

- Instituído por lei.
- Dotações orçamentárias (em ano eleitoral);
- Não sujeito à cláusula de desempenho
- Piso: R\$ 1,7 bi
- Critérios de distribuição **entre** partidos
 - I - **2% divididos igualmente** entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;
 - II - **35%** divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na **Câmara dos Deputados**, na proporção do percentual de **votos** por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;
 - III - **48%** divididos entre os partidos, na proporção do número de **representantes** na **Câmara dos Deputados**, consideradas as legendas dos titulares;
 - IV - **15%** divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no **Senado Federal**, consideradas as legendas dos titulares.

Fundo Eleitoral

• Características

- Critérios de distribuição **dentro** dos partidos: os critérios de distribuição devem ser aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido, e divulgados publicamente.
- Os candidatos só terão acesso aos recursos do FE se fizerem requerimento ao órgão partidário específico.

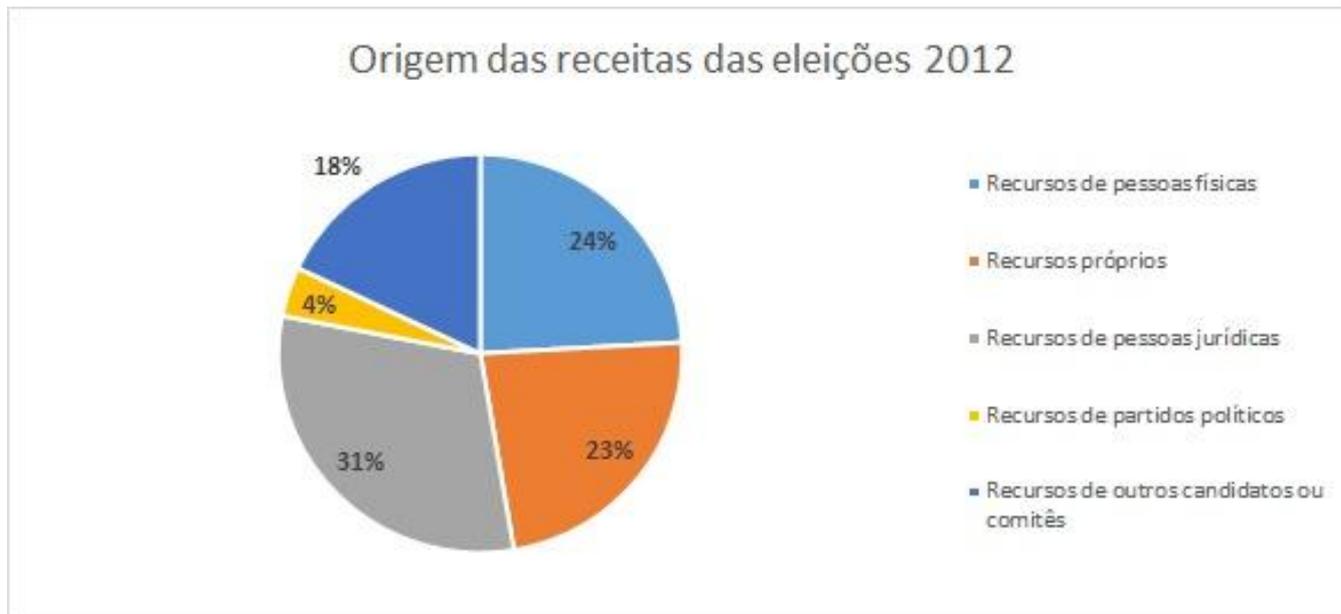
Outros aspectos do financiamento

- Reserva de (pelo menos) 30% para campanhas femininas
 - Detalhamento pendente de regulamentação.
 - Vices e Suplentes (válido para fins de aferição da cota)
- Autofinanciamento
 - Vetado em dez/2017. (Atualmente, a PF do candidato poderá doar para a sua própria campanha até 10% dos rendimentos brutos do ano anterior).
 - Para retornar o autofinanciamento, o Congresso deverá aprovar nova lei.

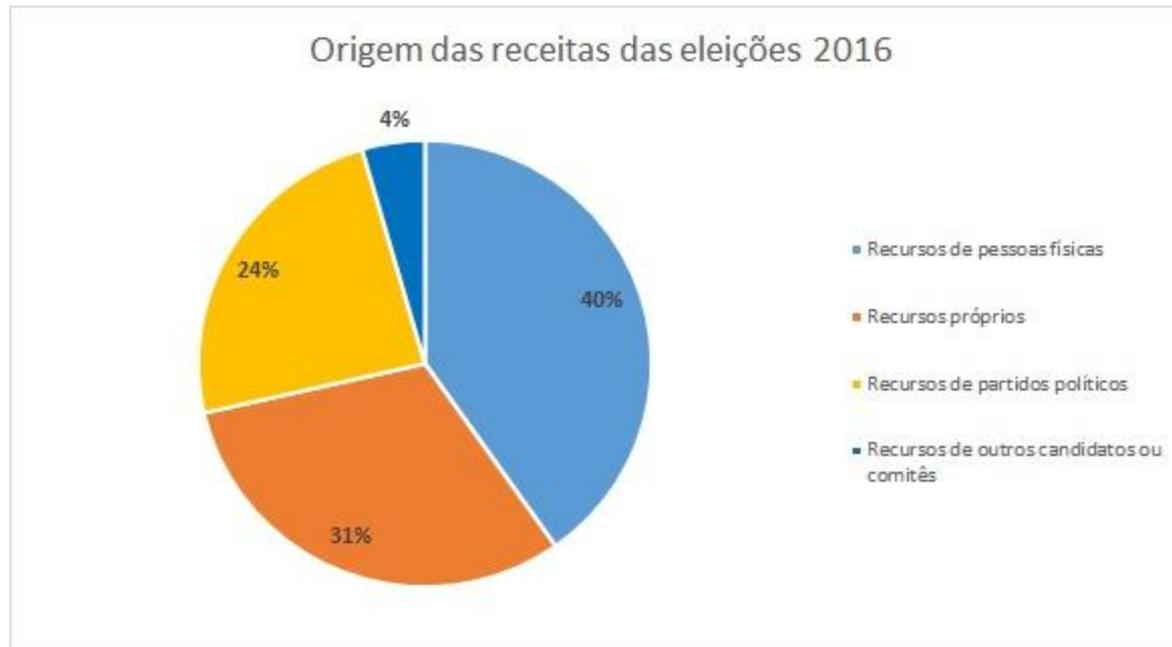
Fundo Partidário

- Fundo Partidário
 - 14 partidos deixaram de receber, em 2019, recursos do Fundo Partidário por não terem atingido a votação mínima estabelecida na Cláusula de Desempenho.
 - 21 partidos estão recebendo recursos do Fundo Partidário: Avante, DEM, MDB, Novo, PDT, PODE, PP, PPS, PR, PRB, PROS, PSB, PSC, PSD, PSDB, PSL, PSOL, PT, PTB, PV e SD.

Modelos de financiamento



Modelos de financiamento



Modelos de financiamento

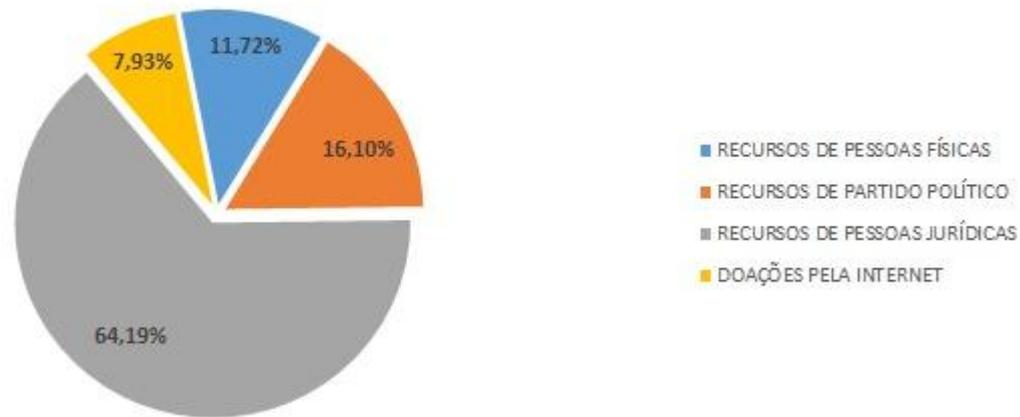
TABELA 2 - Receitas Declaradas de Campanha nas Eleições Gerais de 2014

TIPO DA RECEITA	VALOR DA RECEITA	VALOR DA RECEITA ATUALIZADO (*)	PERCENTUAL
RECURSOS DE PESSOAS FÍSICAS	R\$ 556.860.094	R\$ 673.671.244	11,72%
RECURSOS DE PARTIDO POLÍTICO	R\$ 765.077.141	R\$ 925.565.460	16,10%
RECURSOS DE PESSOAS JURÍDICAS	R\$ 3.049.704.789	R\$ 3.689.433.738	64,19%
DOAÇÕES PELA INTERNET	R\$ 377.006.656	R\$ 456.090.400	7,93%
RECURSOS DE ORIGENS NÃO IDENTIFICADAS	R\$ 641.550	R\$ 776.126	0,01%
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 452.814	R\$ 547.800	0,01%
RECURSOS PRÓPRIOS	R\$ 1.591.836	R\$ 1.925.752	0,03%
TOTAIS	R\$ 4.751.334.880	R\$ 5.748.010.519	100,00%
(*) Índice (IPCA) - 31/10/2010 a 1/04/2017:	1,20977		

Modelos de financiamento



Receitas totais nas eleições 2014, por fonte de recurso



Origem das receitas (recursos mais importantes)

Cargo	Origem da Receita	2014		2018	
		HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
		Proporção da receita do sexo relativa à origem	Proporção da receita do sexo relativa à origem	Proporção da receita do sexo relativa à origem	Proporção da receita do sexo relativa à origem
Deputado Federal	COMERCIALIZAÇÃO DE BENS OU REALIZAÇÃO DE EVENTOS			0,00%	0,01%
	DOAÇÕES PELA INTERNET	0,04%	0,20%	0,01%	0,00%
	RECURSOS DE FINANCIAMENTO COLETIVO			0,39%	0,35%
	RECURSOS DE ORIGENS NÃO IDENTIFICADAS	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
	RECURSOS DE OUTROS CANDIDATOS			2,47%	2,18%
	RECURSOS DE OUTROS CANDIDATOS / COMITÊS	8,87%	11,18%		
	RECURSOS DE PARTIDO POLÍTICO	37,11%	35,77%	72,44%	86,19%
	RECURSOS DE PESSOAS FÍSICAS	12,75%	16,07%	13,79%	7,34%
	RECURSOS DE PESSOAS JURÍDICAS	30,68%	24,12%		
	RECURSOS PRÓPRIOS	10,53%	12,64%	10,89%	3,92%
	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%

Importância dos recursos públicos

Cargo	Fonte	2014	2018
Deputado Estadual / Distrital	Privado	98,6%	44,0%
	Público	1,4%	55,9%
Deputado Federal	Privado	96,9%	23,5%
	Público	3,1%	76,5%
Senador	Privado	97,3%	26,9%
	Público	2,7%	73,1%
Governador	Privado	97,4%	30,7%
	Público	2,6%	69,4%
Presidente	Privado	99,6%	37,9%
	Público	0,4%	62,1%
TOTAL	Privado	98,1%	32,2%
	Público	1,9%	67,8%

> 2/3 de
recursos
públicos